Década após década, os registros de desastres naturais têm aumentado no continente, seguindo uma tendência que parece ser global. "A qualidade das informações sobre os desastres naturais melhorou muito nas últimas décadas. Isso ajuda a engrossar as estatísticas", diz Lucí. "Mas parece haver um aumento real no número de eventos ocorridos." Segundo o estudo, grande parte da escalada de eventos trágicos se deveu ao número crescente de fenômenos meteorológicos e climáticos de grande intensidade que atingiram a América do Sul. Na década de 1960, houve 51 eventos desse tipo. Nos anos 2000, o número subiu para 257. Ao longo das cinco décadas, a incidência de desastres geofísicos, que provocam muitas mortes, manteve-se mais ou menos estável e os casos de epidemias diminuíram.

RISCO URBANO

O número de mortes em razão de eventos extremos parece estar diminuindo depois de ter atingido um pico de 75 mil óbitos nos anos 1970. Na década passada, houve pouco mais de 6 mil mortes na América do Sul causadas por desastres naturais, de acordo com o levantamento de Lucí. Historicamente, as vítimas fatais se concentram em poucas ocorrências de enormes proporções, em especial os terremotos e as erupções vulcânicas. Os 20 eventos com mais fatalidades (oito ocorridos no Peru e cinco na Colômbia) responderam por 83% de todas as mortes ligadas a fenômenos naturais entre 1960 e 2009. O pior desastre foi um terremoto no Peru em maio de 1970, com 66 mil mortes, seguido de uma inundação na Venezuela em dezembro de 1999 (30 mil mortes) e uma erupção vulcânica na Colômbia em novembro de 1985 (20 mil mortes). O Brasil contabiliza o 9º evento com mais fatalidades (a epidemia de meningite em 1974, com 1.500 óbitos) e o 19º (um deslizamento de encostas, em razão de fortes chuvas, que matou 436 pessoas em março de 1967 em Caraguatatuba, litoral de São Paulo).

Também houve declínio na quantidade de pessoas afetadas nos anos mais recentes, mas as cifras continuam elevadas. Nos anos 1980, os desastres produziram cerca de 50 milhões de vítimas não fatais na América do Sul. Na década passada e também na retrasada, o número caiu para cerca de 20 milhões.

A VULNERABILIDADE DAS CIDADES

Algumas metrópoles, como Quito, La Paz e Bogotá, estão expostas a quatro ou cinco fatores de risco, situação mais delicada que a das capitais do Brasil

País	Metrópole	Seca	Terremoto	Inundação	Deslizamento	Vulcanismo
Argentina	Buenos Aires	✓	✗	✓	✗	✗
Bolívia	La Paz	✓	✓	✓	✓	✗
Chile	Santiago	✓	✓	✓	✗	✗
Colômbia	Bogotá	✓	✓	✓	✓	✗
Equador	Quito	✓	✓	✓	✓	✓
Paraguai	Assunção	✓	✗	✓	✗	✗
Peru	Lima	✓	✓	✓	✗	✗
Uruguai	Montevidéu	✓	✗	✓	✗	✗
Venezuela	Caracas	✓	✓	✓	✗	✗
BRASIL	Brasília	✓	✗	✓	✗	✗
	Santos	✓	✗	✓	✗	✗
	Belém	✗	✗	✓	✗	✗
	Belo Horizonte	✓	✗	✓	✗	✗
	Campinas	✗	✗	✓	✗	✗
	Cuiabá	✓	✗	✓	✗	✗
	Curitiba	✗	✗	✓	✗	✗
	Fortaleza	✓	✗	✓	✗	✗
	Porto Alegre	✗	✗	✓	✗	✗
	Recife	✓	✗	✓	✗	✗
	Rio de Janeiro	✗	✗	✓	✗	✗
	Salvador	✗	✗	✗	✗	✗
	São Paulo	✗	✗	✓	✗	✗

FONTE WORLD POPULATION PROSPECT, THE 2011 REVISION, RECORTE PARA A AMÉRICA DO SUL, ORGANIZADO POR LUCÍ HIDALGO NUNES

Sete em cada 10 latino-americanos moram atualmente em cidades, onde a ocupação do solo sem critérios e algumas características geoclimáticas específicas tendem a aumentar a vulnerabilidade da população local a desastres naturais. Lucí comparou a situação de 56 aglomerados urbanos com mais de 750 mil habitantes da América do Sul em relação a cinco fatores que aumentam o risco de calamidades: seca, terremoto, inundação, deslizamento de encostas e vulcanismo. Quito, capital do Equador, foi a única metrópole que estava exposta aos cinco fatores. Quatro cidades colombianas (Bogotá, Cáli, Cúcuta e Medellín) e La Paz, na Bolívia, vieram logo atrás, com quatro vulnerabilidades. As capitais brasileiras apresentaram no máximo dois fatores de risco, seca e inundação (*ver quadro acima*). "Os desastres resultam da junção de ameaças naturais e das vulnerabilidades das áreas ocupadas", diz o pesquisador Victor Marchezini, do Cemaden, sociólogo que estuda os impactos de longo prazo desses fenômenos extremos. "São um evento socioambiental."

É difícil mensurar os custos de um desastre. Mas a partir de dados da edição de 2013 do *Atlas brasileiro de desastres naturais*, que usa uma metodologia diferente da empregada pela geógrafa da Unicamp para contabilizar calamidades na América do Sul, o grupo de Carlos Eduardo Young, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez no final do ano passado um estudo. Baseado em estimativas do Banco Mundial de perdas provocadas por desastres em alguns estados brasileiros, Young calculou que enxurradas, inundações e movimentos de massa ocorridos entre 2002 e 2012 provocaram prejuízos econômicos de ao menos R$ 180 bilhões para o país. Em geral, os estados mais pobres, como os do Nordeste, sofreram as maiores perdas econômicas em relação ao tamanho do seu PIB. "A vulnerabilidade a desastres pode ser inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento econômico dos estados", diz o economista. "As mudanças climáticas podem acirrar a questão da desigualdade regional no Brasil." ■

março / 2016

IV